

Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil

Vanessa Tavares Dias – IUPERJ

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta analisar as noções de *classe* e *consciência de classe* a partir da perspectiva de estudos de dois autores particulares: Moisés Vinhas e Antonio Luigi Negro. Uma das diferenças entre eles diz respeito ao momento em que ambos se dedicaram às suas investigações sobre o operariado brasileiro. O primeiro vivenciou um momento marcado por uma leitura mais ortodoxa do materialismo histórico. O segundo, dentre outros aspectos, foi influenciado pelos estudos de Thompson e a sua noção de *experiência* na constituição da classe. Malgrado ambos não representem a totalidade do subcampo acadêmico voltado para análises sobre trabalho, a comparação revela dois enfoques distintos dentro do campo marxista para a compreensão da práxis operária no Brasil.

Palavras-chave: E. P. Thompson. Classe. Consciência de classe. Marxismo.

ABSTRACT

This research intends to analyze the notions of “class” and “class consciousness” from the perspective of two specific authors: Moisés Vinhas and Antonio Luigi Negro. One of the differences between them is related to the moment in which both dedicated themselves to investigations about Brazilian working class. The first one lived in a moment defined by an orthodox view of historical materialism. The other one, in general, was influenced by Thompson’s studies, mainly by the notion of “experience” in class constitution. Though these two authors do not represent the totality of the intellectual field that examines labor, the comparison reveals two different focuses inside the Marxist field to understand the laborer praxis in Brazil.

Keywords: E. P. Thompson. Class. Class consciousness. Marxism.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como proposta inicial analisar as noções de *classe* e *consciência de classe* a partir da perspectiva de dois autores: Moisés Vinhas (1970) e Antonio Luigi Negro (2004). Os dois autores têm em comum o interesse particular em estudar a classe trabalhadora no Brasil. Da mesma forma, partem de uma matriz teórica fundamentada na afirmação da sociedade de classes nos moldes marxianos. Malgrado as coincidências, ambos abordam períodos históricos e universos distintos. Vinhas preocupa-se com a formação do proletariado em todo o território nacional, tendo como ponto de partida os primeiros sinais de assalariamento no campo e nos centros urbanos. Não obstante, recorre, principalmente, a dados empíricos que privilegiam a constituição desta classe entre as décadas de 50 e 60. Negro, por sua vez, examina um período mais amplo, compreendido entre as décadas de 50 e 70, tendo como campo de investigação os trabalhadores do pólo industrial do ABC, na grande São Paulo. Os dois autores, ao mesmo tempo em que estabelecem recortes diferenciados para suas pesquisas, utilizam métodos, fontes e enfoques diferentes, assim como noções distintas para classe, consciência e outras questões conexas.

A diferença analítica entre os autores tem como um dos marcos principais a fronteira estabelecida entre o período anterior e posterior à influência dos estudos sobre a classe trabalhadora inglesa, realizados pelo historiador marxista Edward Palmer Thompson. A chegada, mesmo tardia, de *The Making of the English Working Class* ao Brasil repercutiu no campo acadêmico, especialmente nos estudos específicos sobre trabalho, alterando por completo a forma de compreensão das noções em foco a partir da articulação singular entre elas e a questão da experiência. Sua proposta teórico-metodológica traz ainda como novidade o ousado questionamento da validade teórica da noção de classe em-si, que, segundo ele, seria contraditória à própria concepção de classe.

As ideias inovadoras de Thompson ainda eram desconhecidas de Moisés Vinhas na década de 70, quando o autor refletia sobre a formação e a estrutura do proletariado no Brasil; todavia, foram amplamente analisadas por Antonio Negro, que fez sua investigação no início desta década em curso. Por este motivo, buscaremos abordar comparativamente os autores, tendo como foco o afastamento de uma determinada perspectiva marxista, e a ulterior aplicação do método thompsoniano ao contexto regional e histórico brasileiro. Levando-se em conta que os dois autores não representam a totalidade do subcampo acadêmico voltado para os estudos sobre trabalho sob a ótica marxista, faremos uma análise bem particular dos diferentes paradigmas usados por um e outro autor, sem qualquer ambição de formular generalizações.

O trabalho está organizado da seguinte forma. Após esta introdução, apresentaremos o ponto de vista teórico-metodológico de Moisés Vinhas, com base no capítulo intitulado “Traços Peculiares da Estrutura do Proletariado Brasileiro”, do livro *Estudo sobre o Proletariado Brasileiro* (VINHAS, 1970). Neste capítulo, Vinhas realiza um levantamento minucioso dos aspectos que incidem sobre a estratificação do proletariado no país, levando em consideração as especificidades do capitalismo nacional.

A segunda análise apresentada terá por base alguns capítulos dos três volumes de *A Formação da Classe Operária Inglesa* (2004, 2002, 1988), de Thompson. Além dos motivos apresentados acima, e devido ao fato de sua análise ser reconhecida como paradigma imprescindível para os estudos sobre classe (FORTES, 2006), aqui ela servirá para delimitar a fronteira que separa duas perspectivas analíticas distintas. Por esta razão, propomos uma exposição mais ampla com o fim de ressaltar e consolidar as principais ideias contidas em alguns capítulos dos três volumes.

O terceiro trabalho abordado será a Parte I - “Pós-Guerra e Desenvolvimento” - do livro *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores* (1945-1978), de Antonio Luigi Negro. A proposta do autor é examinar, fundamentalmente, a luta de classes e o papel dos trabalhadores na formação de uma nação industrial brasileira no período pós-guerra, à luz das proposições thompsonianas. Tomando como base a perspectiva da classe subalterna, ele analisa o protagonismo dos operários no que respeita o enfrentamento do despotismo patronal, numa conjuntura marcada pelo avanço da indústria automobilística e a introdução de novas formas de produção no país.

No final da exposição e análise, buscaremos apontar comparativamente as diferentes noções e enfoques teóricos de Vinhas e Negro sobre a classe operária brasileira.

COMPOSIÇÃO SOCIAL E ESTRUTURA DO PROLETARIADO BRASILEIRO: O PONTO DE VISTA DE MOISÉS VINHAS

Vemos assim, que a situação material e cultural do proletariado é crítica. Este estado contribui para a sua sedimentação de classe de um modo simultaneamente negativo e positivo (VINHAS, 1970, p. 180).

Moisés Vinhas apresenta um panorama bastante amplo sobre a estratificação de classes no Brasil. Para tal, dedica um dos capítulos do livro *Estudos sobre o Proletariado Brasileiro* (1970) à morfologia da classe trabalhadora desde pelos menos o fim do escravismo até a década de 60 do século XX.

O objetivo mais específico do texto parece ser entender os aspectos positivos e negativos que incidem sobre uma suposta transição do proletariado brasileiro da condição de *classe em-si* para *classe para-si*, isto é, de classe sem consciência para classe com consciência de seu papel histórico revolucionário.

A análise apoia-se em aspectos teóricos gerais que servem para definir qualquer classe social, independente de tempo e lugar. Todavia, uma vez que a classe “sofreu e sofre um processo de estruturação de conformidade com o desenvolvimento da economia, de acordo com o crescimento e a mobilidade das populações e com o surgimento e o desenvolvimento dos aspectos do capitalismo do país” (VINHAS, 1970, p. 151), ele busca adaptar o instrumental disponível para realizar um estudo particular do proletariado brasileiro.

O analista utiliza, primordialmente, dados primários, sobretudo censos e anuários estatísticos, com o fim de entender a realidade através dos aspectos “extrínsecos” à classe, isto é, situações que se encontram fora do controle do proletariado e que acabam refletindo de forma a auxiliar ou prejudicar a sua conscientização. Em outras palavras, Vinhas busca observar as características objetivas, condições materiais/estruturais, que condicionam o operariado a certos limites, dentro dos quais ele irá exercer a sua *práxis*.

A partir desta proposta, ele irá focar o curso da implementação e expansão do capitalismo no país, demonstrando algumas particularidades que distam do cenário europeu observado por Marx e Engels no século XIX. Em primeiro lugar, o autor assinala que a gênese do assalariamento nacional ocorreu no campo, impelindo o surgimento inicial de um proletariado agrário. Dos núcleos de assalariamento no campo, surgiram os primeiros sinais das relações de produção capitalistas nas cidades, no que respeita, por exemplo, à indústria, comércio, serviços, educação e burocracia estatal. Ao mesmo tempo, os centros urbanos vivenciavam a subsequente multiplicação dos pequenos estabelecimentos e a implementação de redes de comunicação e transporte necessárias para sustentar a nova estrutura socioeconômica e política emergente.

Em razão destas mudanças, surgia uma mão de obra de natureza diversificada, constituída por trabalhadores agrícolas, operários menos ou mais qualificados, intelectuais, comerciantes e funcionários do Estado, que se distribuíram em diferentes setores produtivos. Afora a especialização, os trabalhadores distinguiam-se ainda pela concentração geográfica, gênero, faixa etária, número de alfabetizados e não alfabetizados, condições materiais e culturais. O resultado do cruzamento destas variáveis é a formulação de um extenso mapa socioeconômico, onde constam as desigualdades regionais em âmbito nacional, diferenciação entre setores industriais, formas da produção no campo, presença de investimentos econômicos estrangeiros, dentre outros fatores capazes de fornecer ao leitor um panorama geral sobre a realidade do Brasil no processo de consolidação do capital.

Podemos concluir até aqui que Vinhas descreve, no capítulo em análise, transformações estruturais que atravessaram a história do país até meados do último século; ou seja, ele enumera uma a uma as etapas do desenvolvimento das relações de produção capitalistas e das forças produtivas circunstanciadas dentro do cenário nacional. Inspirado claramente nas proposições que Marx e Engels immortalizaram no *Manifesto do Partido Comunista* (1993), ele evoca as particularidades deste processo, sugerindo que, a despeito de alguns empecilhos, a classe proletária brasileira encontrava-se, na ocasião, em determinada fase de seu desenvolvimento e em marcha para a sua conscientização.

No entanto, para que este “projeto de consolidação espiritual da consciência de classe” se realize (VINHAS, 1970), é preciso, para o analista, que haja, em primeiro lugar, certa conjuntura que permita a assimilação de um conjunto de ideias capazes de produzir homogeneidade intraclasse. Uma das condições necessárias é o grau de concentração da mão de obra num determinado espaço físico. Vinhas considera, tal qual seus inspiradores, que sob a opressão contínua do patrão, os trabalhadores ficam praticamente impedidos de se organizar e produzir unidade. Isto é bastante recorrente nas relações sociais engendradas dentro de pequenos estabelecimentos industriais e comerciais, onde há um número diminuto de funcionários que costumam entrar em contato direto com o empregador. Em um grande estabelecimento, por outro lado, onde a quantidade de funcionários é bem maior e o contato com o patrão é quase nulo, tende a haver mais encontros entre trabalhadores e, por este motivo, maior rapidez na produção de certa identificação coletiva.

Dentro do período observado existia, segundo o analista, um conjunto de fatores que contribuíssem tanto a favor como contra a tomada de consciência revolucionária. Entretanto, ele observa que a ação dos fatores contrários ocasionava certo “atraso sociocultural da classe no plano da conscientização” (VINHAS, 1970, p. 187). Dentre estes fatores, estão:

- Multiplicação dos trabalhos temporários, que impediam o encontro mais intenso entre trabalhadores;
- Proliferação dos pequenos estabelecimentos por todo país, com baixa concentração de mão de obra;
- Introdução das inovações técnico-científicas, tornando os empregos menos estáveis e impedindo o aparecimento de organizações e lideranças;
- Atraso estrutural do empresariado, devido, entre outros aspectos, à sua ligação com o campo;
- Presença de estratos das camadas médias que, na contramão da unidade, buscavam certa distinção dentro da classe.

Embora observe o duplo movimento entre afluência e dispersão de mão de obra, além de todos os outros obstáculos enunciados, o autor confia no processo “natural” de transformação do capitalismo, o qual tenderia a concentrar capital, meios de produção e força de trabalho. Por este motivo, existiria uma disposição intrínseca ao sistema que levaria, mais cedo ou mais tarde, à intensificação da aglomeração de trabalhadores, e, conseqüentemente à consolidação da *consciência*. É possível observar, portanto, que Moisés Vinhas, no texto em análise, segue um *script* muito particular, relativo à certa leitura marxista própria de uma época. Assim sendo, para examinar a composição e a *práxis* da classe trabalhadora no Brasil, adota como pano de fundo o processo histórico de autodestruição do capitalismo, causado por suas próprias contradições e pela formação de uma classe social revolucionária.

Em síntese, Vinhas realizou denso estudo sobre classe social privilegiando um detalhado levantamento sobre a formação e estratificação num período extenso da história do país. Para este trabalho, recorreu a fatores objetivos “extrínsecos” à classe que, uma vez incidindo sobre ela, estabeleceram certas condições para a sequência de etapas de desenvolvimento dos trabalhadores. Para ele, portanto, a classe existe na medida em que existam indivíduos atrelados por certas condições de subordinação, em oposição à outra classe que exerce a dominação. Uma vez estabelecido este contexto, o processo de transformação caminha, apesar dos obstáculos, em direção incondicional à harmonização de seus interesses internos e à consolidação de sua consciência. Portanto, classe existe antes da consciência, sendo esta adquirida em uma das etapas de seu desenvolvimento.

CLASSE, CONSCIÊNCIA E EXPERIÊNCIA: A INOVAÇÃO DE E. P. THOMPSON

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição (THOMPSON, 2004, p. 12).

O historiador E. P. Thompson apresenta nos três volumes de *A Formação da Classe Operária Inglesa* (2004, 2002, 1988) uma análise detalhada da história dos movimentos dos trabalhadores no transcurso da industrialização da Inglaterra, entre o final do século XVIII e início do XIX. Em linhas gerais, sua proposta (nos capítulos aqui analisados) é compreender, dentre outros fatores: 1) a origem dos movimentos insurgentes; 2) as tradições populares que preexistiam às associações trabalhistas; 3) os aspectos objetivos das experiências coletivas; e, sobretudo; 4) o processo mais amplo formativo da classe operária inglesa, suas lutas e formas de organização.

Seu texto é construído a partir da descrição narrativa de um conjunto de eventos particulares, cuidadosamente escolhidos e pouco sequenciados. Sua abordagem parece se destacar, a nosso ver, pela abrangência de temáticas – algumas frequentemente visitadas pela antropologia – através das quais o autor busca retratar os movimentos sociais e a cultura popular (THOMPSON, 2002, 1988). Ao final da exposição, a análise parece capaz de apresentar ao leitor um panorama amplo e profundo da história da luta dos trabalhadores naquele momento particular.

É importante ressaltar que a construção narrativa dos textos de Thompson, realizada por meio do diálogo permanente com os dados empíricos, não é de forma alguma acidental. O autor, através desta perspectiva, coloca em prática um método particular de investigação, fundamentado, dentre outros aspectos, na ideia de que a História é inteligível somente a partir dos indivíduos e de suas ações. Por este motivo, a análise expressa, propositadamente, múltiplos acontecimentos relativos à luta dos trabalhadores que, embora aparentemente desconexos, dão ao leitor a dimensão de um processo dinâmico que se atualiza a cada dia.

Pela mesma razão, Thompson preocupa-se em apresentar os “personagens” reais que vivenciam a própria luta de classes. Operários, lideranças, juízes, páraquos, fabricantes, espiões e companheiros são, por diversas vezes, referidos na obra pelo seu próprio nome, acompanhados de descrições minuciosas de suas personalidades e histórias de vida¹. A expressão “personagem” está intencionalmente assinalada com aspas, uma vez que o autor nega fortemente a suposição de que os indivíduos seriam “personas” condicionadas por papéis sociais particulares, nos moldes funcionalistas (THOMPSON, 2002, p. 11), ou que seriam meros “fantoques” moldados pelas relações de produção (como acreditavam os marxistas estruturalistas). Os indivíduos são, ao contrário, sujeitos ativos, não autônomos, que realizam ações contínuas, formando miríades da teia das relações humanas que constituem, num olhar macroscópico, a própria História, e dentro dela, as classes e seus antagonismos. Isto não significa, porém, que os indivíduos ajam livremente. Isto é, a formação da classe não deixa de ter, em grande medida, vínculos com as relações de produção em que os homens se encontram em determinado tempo e espaço, ainda que – garante o autor – estas relações não determinem as ações dos sujeitos e a sua consciência.

Pelo exposto acima, nos parece possível compreender porque o autor nega qualquer definição de classe como “estrutura”, “categoria”, ou “coisa”. Antes de tudo, classe é, para ele, um fenômeno histórico e,

1 Ver, por exemplo, o caso do sapateiro e liderança Thomas Hardy (THOMPSON, 2002, capítulo 1 e 5).

enquanto tal, só pode ser compreendida como um processo realizado por pessoas reais, que vivenciam experiências dentro de contextos específicos. Classe, em suma, existe em seu próprio fazer-se.

Do mesmo modo que é evento histórico em contínuo movimento, classe deve ser definida, segundo Thompson, a partir de sua condição dialética. O autor avalia que seria infundada qualquer tentativa de decomposição das classes fundamentais com o fim de entender uma em particular, visto que

não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 2004, p. 10).

Ou seja, para o historiador inglês não existe uma classe singular que entre em confronto com outra classe em momentos particulares da história. Uma faz-se continuamente em relação à outra e só existe ou se percebe como tal através da diferença ou oposição.

Uma vez entendida a partir do método dialético, é possível verificar, segundo o autor, que a classe subalterna torna-se mais ou menos insurgente de acordo com as ações da classe dominante; enquanto esta busca maior coesão quanto mais ou menos rebelados estão os trabalhadores².

2 No final do século XVIII, por exemplo, a Sociedade Londrina, formada por chapeleiros, livreiros, artesãos e comerciantes, protestou contra as prisões de seus militantes a partir da radicalização de seu discurso: “A linguagem das reuniões anteriormente se restringia à Reforma Parlamentar: ‘Agora é claramente expressa a intenção de derrubar o Governo do País’” (THOMPSON, 2004, p. 147). O próprio movimento luddista, para citar outro exemplo dado pelo autor, motivou-se pela anulação, por parte das autoridades políticas, de um tipo de legislação baseada em princípios paternalistas. Em seu lugar, foram instituídos princípios da economia do *laissez-faire*, impostos contra a vontade dos trabalhadores. Ainda que a legislação anterior apresentasse aspectos restritivos e punitivos, “existia nela a vaga imagem de um estado corporativo benévolo, onde havia medidas legislativas e morais contra o fabricante inescrupuloso ou o patrão injusto e onde os oficiais formavam um “estamento” reconhecido, ainda que o inferior, do reino” (THOMPSON, 2002, p. 114). Assim, as novas medidas econômicas foram consideradas abusivas e ofensivas, atingindo “em cheio” o sistema moral dos subalternos e a condição de vida dos homens pobres. Em consequência, os luddistas em todo país reagiram de

Ainda que a classe exista por conta de seu coescionamento, Thompson não deixa de verificar sua grande diversidade. O grupo dominante, por exemplo, contava em seus quadros, durante o século por ele investigado, com proprietários, mercadores, páracos, magistrados, membros da aristocracia e da pequena nobreza, além de trabalhadores que aderiam aos interesses dominantes, empunhando fielmente a bandeira em favor da “Igreja e Rei” (THOMPSON, 2002). No revés, havia os trabalhadores paianistas, *luddistas*, jacobinos, médicos, soldados, estivadores irlandeses, pequenos fabricantes, comerciantes e de novo páracos que se mostravam grandes defensores dos trabalhadores e de suas ideias libertárias. Um páraço em Dundee, por exemplo, “foi julgado em Perth. Seu ‘crime’ fora recomendar a leitura de Paine e pertencer à associação Amigos da Liberdade em Dundee” (THOMPSON, 2004, p. 136).

Portanto, nos parece imperativo registrar, mais uma vez, que para o teórico marxista em questão não são as relações de produção que determinam ou produzem a unidade da classe social. Embora estas relações tenham influência fundamental neste processo, a coesão da classe não é garantida pela oposição entre patrões de um lado e empregados do outro, ou entre proprietários dos meios de produção contra o proletariado. Deste modo, não são os “lugares” preestabelecidos dentro do sistema produtivo que garantem a constituição da classe. Como, então, Thompson explica a sua formação?

Para o marxista, é justamente no confronto que a classe encontra os meios necessários para a sua unidade. Este processo se deve ao reconhecimento coletivo de identidades, sentimentos e aspectos culturais unívocos, cuja importância consegue sobrepujar as diferenças internas, em contraposição a outro conjunto de aspectos fundamentalmente distintos ou antagônicos. Ou seja, no processo dinâmico do fazer-se da classe, os homens precisam ter consciência de que compartilham cultura e experiências comuns que distam de outro grupo. No caso da classe subalterna, ele nota, por exemplo, a importância da linguagem, do costume de se organizar de forma clandestina, da tradição sindical semi-legal, do sentimento geral de exploração e de indignação contra os altos preços, como sendo alguns traços definidores da identidade geral dos trabalhadores. Parece-nos claro, portanto, que o historiador não trata consciência no sentido de consciência da exploração do capital propriamente dito, mas sim como re-cognição das experiências culturais unívocas, isto é, do reconhecimento das tradições, símbolos, linguagem e valores morais compartilhados. Uma vez que cada sociedade tem história e cultura distintas, haverá sempre for-

forma violenta, destruindo máquinas, produtos acabados e matérias-primas que pusessem em risco as relações de trabalho previamente estabelecidas.

mas diferenciadas de viver e entender as experiências comuns. Sendo assim, a consciência de classe, no sentido thompsoniano, apresentará variações em cada tempo e lugar.

Um dos aspectos mais interessantes do clássico *The Making of the English Working Class*, a nosso ver, é esta articulação entre o fazer-se da classe e a indissociável consciência dos indivíduos quanto à experiência e cultura compartilhadas. Nos textos analisados, o autor exemplifica esta questão retratando uma série de acordos entre trabalhadores ingleses, firmados em diferentes momentos da história, calcados em uma série de símbolos particulares, tais como espadas, togas, estandartes, assim como ritos e cerimônias, cujo objetivo principal seria produzir um sentido de pertencimento e fidelidade à luta, produzindo, ao mesmo tempo, medidas de segurança contra os patrões. O voto de silêncio entre os luddistas, por exemplo, era feito intencionalmente (no sentido menos racional possível, segundo o autor), contra as forças dominantes. Os magistrados, afirma, sentiam-se, muitas vezes, como estrangeiros no meio dos trabalhadores, cuja opacidade cultural exigia a utilização de intérpretes, encarnados na figura do informante. Configuravam-se, portanto, fortes laços de solidariedade – sedimentados pelo reconhecimento de tradições e experiências comuns – estabelecidos contra os antagonistas.

Até aqui, podemos sintetizar algumas informações cruciais que implicam a definição e articulação das noções de classe e consciência em Thompson. Segundo o marxista inglês: 1) classe só é compreensível pela observação de pessoas, ações e contextos reais; 2) ao mesmo tempo, ela existe dentro de um processo histórico, permanecendo num contínuo fazer-se; 3) o processo formativo da classe se realiza a partir da influência das relações de produção em que os homens vivem; ao mesmo tempo, 4) depende fundamentalmente da consciência da cultura e experiências compartilhadas pelos indivíduos.

Como é possível notar, há algumas propriedades da teoria do autor que se distanciam enormemente daquelas adotadas por Moisés Vinhas no texto apresentado anteriormente. Este retrata a classe social subalterna em processo de formação; ou seja, atravessando etapas de desenvolvimento condicionadas por fatores externos. Thompson, por outro lado, mesmo partindo do princípio de que a classe só existe dentro de uma dada realidade material, avalia serem os atores sociais aqueles que, através de suas ações cotidianas, fazem e experienciam a classe. Portanto, se o primeiro privilegia as condições estruturais “extrínsecas” ao proletariado dentro de um extenso período de tempo, este, diferentemente, busca observar a classe em seu próprio fazer-se diário, atentando para a ação dos sujeitos singulares e coletivos, dentro de um movimento histórico multidimensional, desvinculado de etapas, começo ou fim.

Vinhas observa ainda que as fases de desenvolvimento do proletariado marcam, passo a passo, um *continuum* de estratificação de seus quadros internos, o que produziria, simultaneamente, a sua aparência heterogênea. A separação em camadas sociais intraclasse – distintas pelas condições materiais, graus diferenciados de alfabetização e especialização dos trabalhadores, em meio a outros aspectos

– é considerada por ele, em certo sentido, prejudicial à coesão dos interesses dos trabalhadores e à sua conscientização. Apenas ultrapassando algumas etapas específicas é que as diferentes camadas conseguiriam harmonizar-se em prol da luta revolucionária. Ele sugere, portanto, que a forte estratificação acaba sendo um fator desfavorável à tomada de *consciência* do proletariado³. Thompson, inversamente, coloca a diversidade (de religião, ofício, condições materiais etc.) em um segundo plano, para observar prioritariamente as ações concretas dos sujeitos. Deste prisma, indivíduos que supostamente ocupariam “lugares diferentes no sistema produtivo” poderiam estar lado a lado compartilhando uma série de símbolos culturais. O coesionamento da classe, pois, se deve à conscientização coletiva de experiências em oposição a outro conjunto de indivíduos cujas experiências são outras. Assim, não existiria, segundo Thompson, classe social sem consciência de classe. A consciência é a condição intrínseca de sua existência.

ANTONIO LUIGI NEGRO: A EXPERIÊNCIA DA CLASSE NO “CHÃO DA FÁBRICA”

O operariado dispunha de condições para se pôr em movimento a partir de suas próprias forças, a partir da fábrica, numa relação direta com a burguesia, não sendo presa inerte de processos vindos ‘do alto’, ‘de fora’ (NEGRO, 2004, p. 81).

Em *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores* (2004), Antonio Luigi Negro investiga a experiência operária no pólo industrial do ABC, em São Paulo, entre a década de 50 e 70. Contrapondo-se às concepções que identificam estes trabalhadores com uma “massa” imatura, sem consciência, manipulada por “militantes profissionais” do partido e dos sindicatos, o autor tem a intenção de observar os operários como agentes ativos no processo de construção do Brasil industrial, com foco especial nos acontecimentos vividos no chão da fábrica. Da mesma maneira em que afirma a importância das ações vindas “de baixo”, propõe um reexame do papel

3 Vinhas observa que entre camadas médias da classe há grande dificuldade de integração aos interesses coletivos, pois a “classe média” busca diferenciar-se dos trabalhadores como um todo.

ocupado por vários agentes e agências sociais da época – militantes, governos, forças policiais e sindicatos – no âmbito particular das lutas operárias.

Seu texto é formulado aos moldes thompsonianos, a partir de descrições minuciosas de uma série de episódios particulares, vividos dia a dia por trabalhadores, empresários, jornalistas e outros atores que construíram a história dos embates entre capital-trabalho naquele período e região particulares. Privilegiando o ponto de vista dos operários, o autor preocupa-se em apontar os acontecimentos um a um, desde as mobilizações grandiosas (como a greve dos 400 mil de 1957), até as mais capilares, sempre se apoiando em dados empíricos – depoimentos policiais, matérias de jornais, entrevistas, biografias – devidamente criticados e analisados.

Ao mesmo tempo, o autor não se descuida dos “condicionamentos estruturais” (NEGRO, 2004, p. 13) que ambientam os movimentos sociais. Por isso, para analisar o objeto proposto, ele leva em consideração as políticas macroeconômicas, os dispositivos repressivos usados pelos governos contra os sindicatos e as greves, a industrialização, a mudança da legislação, dentre outros fatores relevantes. Entretanto, é importante ressaltar que o contexto da época não é tratado, no texto em análise, como uma unidade superior que condiciona de forma positiva ou negativa à *práxis* operária. Pelo contrário, é discutida à luz da influência ou pressão dos de baixo, sendo estes considerados sujeitos efetivos no incremento da economia, da política e da história. Em outras palavras, Negro preocupa-se, como Thompson, em depurar as ações sociais dos indivíduos com o propósito de entender o fenômeno da classe e de sua luta.

As duas décadas investigadas pelo historiador caracterizaram-se, em seu juízo, por uma conjuntura bastante específica, marcada pelas consequências da Segunda Guerra, desenvolvimento industrial, expansão da indústria automobilística – particularmente na grande São Paulo –, efetivação do trabalho e de sua ideologia antirrevolucionária, aliança entre empresários e forças policiais, repressão direta do governo Dutra, dentre outros aspectos no campo da produção e da esfera política. Este conjunto de fatores constituiu-se determinante para o enfraquecimento da organização dos trabalhadores, destituídos de tempo, opções ou força para re-fundar um sindicalismo ativo a todo o momento. Todavia, o autor observa que os trabalhadores, em meio aos muitos obstáculos interpostos, encontraram uma alternativa peculiar de associação, baseada na formação de comissões e delegações por fábrica. Embora fossem provisórias e voláteis, estas associações revelam, segundo Negro, que a questão sindical tinha se tornado parte da cultura operária, resultado de demandas, valores e hábitos da classe com forte tradição reivindicatória.

As comissões, consolidadas no chão da fábrica, tinham como característica o fato de serem formadas por representantes escolhidos entre os próprios trabalhadores, eleitos em disputas internas que envolviam, em linhas gerais, negociações com sindicatos, partido e administrações e, ao mesmo tempo,

ações que contrariavam a legislação, a opressão patronal e os “pelegos”. Os comissionados tinham como função apresentar à diretoria os problemas e reivindicações do coletivo dos trabalhadores ligados a cada fábrica em particular. Ainda que limitada ao local de trabalho, este tipo de associação tinha, por via de regra, alto poder de barganha, alcançado por determinadas estratégias, como, por exemplo, preferência pela escolha de representantes com estabilidade.

Outra característica fundamental dessas associações transitórias era a capacidade de seus membros manterem certa independência com relação aos agentes “externos” à fábrica, ou seja, aqueles que se posicionavam para além da experiência da *classe*. Os papéis desempenhados pelos sindicatos dos metalúrgicos e pelo PCB servem especialmente de exemplo. Em linhas gerais, o autor não desconsidera a influência e participação efetiva destes organismos na *práxis* do operariado, e na própria união da classe, com especial destaque para o conteúdo anticapitalista impresso pelo Partido Comunista através de suas “células” implantadas dentro do espaço fabril. Contudo, ele afirma não haver linha ininterrupta entre os movimentos de resistência e as organizações sindicais ou partidárias.

O analista dá ênfase ao fato de que, em certos momentos, quando os agentes “externos” se dispunham a conduzir a formação/ação da classe fazendo uso de interesses ou pontos de vista construídos do lado “de fora” da fábrica, os resultados das ações nunca eram genuinamente satisfatórios. Isto se devia ao fato de que

[...] quando uma organização se propunha a dirigir as lutas sociais, não era apenas com uma estratégia e uma pauta de reivindicações que se imprimia um norte a essas lutas. Estas últimas possuíam sua própria dinâmica e outras motivações, até mesmo as não declaradas. Ir, de modo ‘político’, isto é, partidário, ao encontro dos trabalhadores era ir disputar, na frente das massas, os rumos da formação da classe com diversas outras redes de relações interpessoais. Tal frente de massas, legal ou não, era diferente dos encontros seletos dos comitês centrais (NEGRO, 2004, p. 50).

O analista busca, com esta ideia, chamar a atenção do leitor para o fato de que os trabalhadores habitavam um território detentor de sua própria história. Além disso, possuíam as suas demandas particulares que, em certos momentos, não constavam na pauta de prioridades de outros agentes que se encontravam ausentes ou desatentos ao que respeita às experiências comuns. Portanto, há aqui o uso da questão da experiência, preconizada por Thompson, como chave de compreensão da noção de classe. Era da experiência, pois, que nasciam as demandas dentro dos limites fabris, unindo os trabalhadores

“em um só homem” (NEGRO, 2004, p. 41) contra o bloco opositor. Desta feita, sentiam coletivamente as consequências de problemas que os atingiam diretamente, tais como aumento da tarifa do transporte coletivo, baixas remunerações, restrições para fumar, horários de trabalho inadequados, ausência de assistência médica, revistas nos portões, perseguições, falta de gratuidade no fornecimento de instrumentos de trabalho, dentre outros⁴.

Ao mesmo tempo em que as demandas nasciam da experiência operária, dela também resultavam, segundo Negro, os laços de coesão que identificavam os indivíduos como classe. Isto é, era no chão da fábrica onde se solidificavam amizades; onde os trabalhadores usavam estratégias de enfrentamento e aprendiam os “macetes” para atrapalhar a produção; onde os operários se conheciam uns aos outros por tipos ou apelidos – os bambas, os praças, os come-e-dorme, os ursos –; e os imigrantes costumavam usar a sua língua natal. Também era no âmbito da fábrica que os operários passavam pela mesma experiência de estranhar e se acostumar com o “barulhão”; e os novatos enfrentavam a troça dos veteranos. Ali eram acolhidos aqueles indivíduos que se sentiam injustiçados e os que tinham visivelmente os seus direitos desrespeitados; onde as comissões eram reconhecidas oficialmente ou eram rejeitadas pela oposição patronal. A fábrica é, destarte, o *locus* privilegiado da luta de classes.

Negro (2004), portanto, ambienta a teoria de Thompson no espaço e no tempo. Motivo pelo qual observa a formação e os embates de classe tomando como princípio a experiência dos operários dentro do espaço de trabalho. É a partir da experiência, por conseguinte, que os indivíduos encontram nexos entre as diferenças e, por esta razão, assumem compromisso moral de adesão aos interesses coletivos. Assim, “mediante outras linhas, costurando diferenças, o sentimento de ver-se ligado com colegas que se arriscavam na luta por direitos universais era um dos mais básicos fatores de coesão. Este sentimento de implicação vinha somar-se à indignação contra a injustiça” (NEGRO, 2004, p. 84-85). Por esta via, o autor conclui que mais importante do que conhecer o trabalho fabril e a cultura sindical, os trabalhadores precisavam condescender aos sentimentos de solidariedade, cooperação e fidelidade à maioria. Este compartilhar de sentimentos conduzia muitos trabalhadores, por vezes alheios às lutas precedentes, à adesão às manifestações operárias como forma de demonstrar consideração pelos colegas que lutavam pelo interesse de todos.

Em síntese, é possível avaliar, de acordo com Negro que, no período pós-guerra, o movimento operário tinha como principal forma de associação a formação de organizações de base no “chão da

4 Este conjunto de problemas consta em folheto distribuído em 1952 dentro da fábrica da Ford (NEGRO, 2004, p. 41, 87).

fábrica”. Era, portanto, dentro dos locais de trabalho que os operários uniam-se em torno de interesses comuns, escolhiam seus representantes, planejavam greves e outros tipos de mobilização, faziam frente às conveniências “exclusivamente” partidárias, à aliança empresarial-policial, aos sindicatos e aos governos.

Claro está que o autor trata a fábrica (usina e indústria) como *lócus* privilegiado do embate entre trabalhadores e empregadores, de onde emanam conflitos, mecanismos de dominação, repressão direta, formas de organização e de resistência. Contudo, se este espaço social se configura desta forma, ele não é necessariamente limitado em termos físicos. A vivência coletiva é estendida para as ruas, praças e cafés, onde os operários reunidos em rodinhas confabulavam formas específicas de confronto. A fábrica, por outro lado, é o lugar onde a classe se atualiza; mas também é a “praça” onde agentes e agências iam mercadejar em busca de influência e hegemonia. É justamente o cotidiano destas ações diferenciadas que faz a classe operária.

Em síntese, Negro atualiza a obra de Thompson, aplicando o seu método a uma nova conjuntura e um novo cenário cultural. Desta feita, encontra no âmbito da fábrica os aspectos particulares capazes de unir os indivíduos em classe. Do mesmo modo, a coesão moral e cultural da classe não pode ser abalada pela interferência exterior de organismos políticos, pois nada é capaz de anular a experiência. Assim, o autor parece seguir, a nosso ver, a proposta thompsoniana que afirma ser a consciência de classe o reconhecimento das experiências unívocas.

CONCLUSÃO

Em *O Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (1993) afirmam que as relações de produção são determinadas e necessárias para a sobrevivência coletiva. O conjunto dessas relações constitui a base econômica concreta sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. Deste prisma, os trabalhadores estariam sujeitos a certas condições estruturais de uma época, atravessando a história como agentes ativos condicionados. Contudo, haveria, supostamente, um destino natural para o capitalismo. A sequência de etapas de seu desenvolvimento tenderia a levar, incondicionalmente, pela primeira vez na História, ao fim da sociedade de classes. Neste processo, o operariado também passaria por etapas distintas de desenvolvimento, na direção de sua consolidação como classe revolucionária. O processo de conscientização é a exata passagem da *classe em-si*, que luta exclusivamente pela sua sobrevivência, para *classe para-si*, consciente da exploração do capital e disposta a mudar por completo as relações de produção estabelecidas.

Seguindo esta trilha, Vinhas (1970) procura abordar aspectos estruturais externos e condicionantes à classe. Por este motivo, o autor elenca uma série de fatores socioeconômicos que incidiriam sobre o quadro geral de formação e estratificação do proletariado brasileiro, com o fim de desvendar sua fase de desenvolvimento. Isto é, as especificidades socioeconômicas e políticas referentes a cada momento do incremento do capitalismo nacional são investigadas à luz das fases do desenvolvimento do próprio proletariado e sua estratificação intraclasse. Adotando as categorias *classe em-si* e *classe para-si*, o autor investiga o proletariado a partir de fatores objetivos de “fora” para “dentro”, com intenção de entender os condicionamentos estruturais que impelem certo ritmo ao processo de consolidação da *classe para-si*, ou seja, da tomada de consciência de classe.

Partindo da teoria marxiana, E. P. Thompson reconhece a existência de um contexto material onde são engendradas as relações de produção. Entretanto, propõe iluminar, contrariamente aos aspectos estruturais, as ações e situações vividas pelos indivíduos, através das quais a própria História se torna inteligível. Costumes, crenças, símbolos, ritos e emblemas tornam-se a matéria-prima de sua análise, e resultam em uma descrição minuciosa da vida dos trabalhadores ingleses e de suas lutas. Da observação dos sujeitos singulares, ele descobre que o processo de coesão da classe não é determinado pela semelhança das condições materiais entre os sujeitos, mas sim pela vivência de certas situações que lhes confere identidade e solidariedade, sempre em oposição a um projeto antagônico. A consciência, portanto, é a experiência mediada pela cultura.

Antonio Negro, ao analisar as ações sociais dos operários paulistas, segue passo a passo a perspectiva de Thompson. Assim, abandona a primazia do “homem econômico”, adotada por uma linha marxista que predominou durante algum tempo dentro do campo científico-social, para buscar a compreensão das experiências dos trabalhadores dentro da fábrica. Apesar do determinismo das condições materiais, ou dos lugares preestabelecidos nas relações de produção, o autor nota que é através da diversidade constituinte da classe – formada por ativistas, comunistas, anticomunistas, infiltrados, delatores e uma gama de interesses, acionados por diferentes associações, partidos e políticos das mais diferentes tendências – que se estabelecia uma rede de relações interpessoais coesa contraposta à repressão burguesa.

Em contraposição ao estudo de Vinhas sobre o proletariado, Negro considera a experiência como o fator decisivo para aglutinar os trabalhadores. Assim, enquanto o primeiro parte de uma análise de “fora” para “dentro” da classe, Negro, inspirado em Thompson, faz o percurso inverso, investigando os operários não como revolucionários incondicionais ou agentes a serviço dos interesses do capital, mas sim, como sujeitos atuantes capazes de pressionar os burgueses a adequarem suas ações diante luta.

REFERÊNCIAS

FORTES, Alexandre. Miríades por toda a eternidade: a atualidade de E. P. Thompson. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, jun. 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1993.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. (Parte I). São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

THOMPSON, Edward. Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 1. (Prefácio, capítulos 1 e 5).

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 1988. v. 1, cap. 5.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 3, cap. 2.

VINHAS, M. Traços peculiares da estrutura do proletariado brasileiro. In: _____. **Estudos sobre o Proletariado Brasileiro**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.